



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data
05/04/2017

Proposição
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 774, DE 2017

Autor
Deputado Bilac Pinto

Nº do prontuário

1. Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o artigo 3º da Medida Provisória nº 774, de 30 de março de 2017, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

JUSTIFICATIVA

O artigo 3º da MP 774/2017 informa que a Medida Provisória deverá entrar em vigor apenas quatro meses após sua publicação, o que deverá ocorrer em meados de agosto de 2017.

Ocorre que a maioria das empresas outrora beneficiadas pela desoneração de folha já estão com seus planos de negócios e investimentos para o ano calendário de 2017 fechados e em implantação, de modo que a brusca suspensão dos citados benefícios certamente milita contra o princípio da previsibilidade, necessário para qualquer investimento empresarial.

Ora, temos total consciência da grave situação fiscal por que atravessa o Brasil, mas é preciso atentar para os impactos da alteração repentina das regras nos negócios em curso no país, para que não coloquemos o setor produtivo nacional sob a sombra da insegurança jurídica.

Assim, a presente emenda tem como objetivo dar o adequado prazo para que os diversos setores produtivos beneficiados pela desoneração de folha possam se planejar e se adaptar à mudança promovida pela presente Medida Provisória, o que na prática representa apenas mais 5 meses, até a sua entrada em vigor em janeiro de 2018.

Por essas razões, a presente emenda visa alterar o prazo de entrada em vigor das alterações legais promovidas pela Medida Provisória, como previsto pelo artigo 3º, da MP nº 774/2017

PARLAMENTAR

Dep. Bilac Pinto



CD/17959.51159-01